



## **A IMPORTÂNCIA DO FEDERALISMO COOPERATIVO NO BRASIL E AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACOLHIMENTO PARA MIGRANTES E REFUGIADOS VENEZUELANOS**

Daniela Arguilar Camargo<sup>1</sup>

Yasmin Ferreira<sup>2</sup>

Os problemas enfrentados pela Venezuela quando analisados a distância não são fáceis de compreender tendo em vista a diversidade de informações difundidas pelos meios de comunicação nacionais e internacionais - em um cenário em que heróis e vilões são construídos e desconstruídos. Dito isso, surge a seguinte problemática de pesquisa: o plano de interiorização criado pelo Governo Federal auxilia os municípios fronteiriços no acolhimento dos migrantes e refugiados, podendo concretizar um dos ideais do federalismo cooperativo? O estudo tem como finalidade analisar a situação da interiorização dos venezuelanos no Brasil, tendo em vista que os municípios de Boa Vista e Pacaraima não possuem condições de arcar com todas as demandas e verificar a importância da estrutura federalista cooperativa diante de tal situação. Para realizar esse estudo utilizou-se o método de abordagem dedutivo e o de procedimento bibliográfico.

O federalismo surge no âmbito das reflexões e experiências históricas relacionadas a ideia de separação de poderes e a racionalização do poder, que na conexão com a proteção de direitos trata-se de um dos pilares do constitucionalismo moderno. O sistema de cooperação entre governos parte do reconhecimento de que cada uma das unidades deve colaborar com as demais visando orientar, coordenar e controlar o processo político-administrativo. Os recursos e a capacidade de execução vêm distribuídos de modo desigual e por esta razão se justifica o sistema de cooperação, de adotar condições mínimas para desempenhar o papel dentro da estrutura.

Entretanto, à espécie federalismo cooperativo não pode ser designado a simples cooperação genérica entre União e Estados-membros – é muito mais do que apenas isso. Um Estado, ao ter esta característica, significa que possui uma série de formas especiais de relação entre as instâncias estatais, seu fundamento básico é o objetivo nacional do

<sup>1</sup> Doutoranda e Mestre em Direito, com bolsa Prosc Capes, pela Universidade de Santa Cruz do Sul / UNISC. Integrante do grupo de estudos Gestão Local e Políticas Públicas – Coordenado pelo Prof. Dr. Ricardo Hermany E-mail: danielacamargo68@gmail.com

<sup>2</sup> Graduanda em Direito. Bolsista de Iniciação Científica – PIBIC – integrante do grupo de estudos Gestão Local e Políticas Públicas – Coordenado pelo Prof. Dr. Ricardo Hermany



desenvolvimento equilibrado. (SEYMOUR; GAGNON, 2014). Os programas que isso visam passam a não mais ser apenas nacionais, mas também regionais e locais, envolvendo os variados entes federados.

Na Venezuela está ocorrendo uma dramática crise humanitária fruto de instabilidades políticas, corrupção, desemprego, recessão econômica dentre outros motivos como a escassez de recursos básicos, o que configuram o ápice para que parte da população residente se desloque para outros Países (VAZ, 2017). Localizado na região norte do Brasil o estado de Roraima é o maior recebedor de migrantes venezuelanos nos últimos anos, e esse fato se torna cada vez mais visível nas ruas de Pacaraima e Boa Vista. De acordo com os últimos dados da Polícia Federal, até o mês de setembro de 2018 154.920 adentraram ao País em Roraima, destes 54.560 saíram pela via terrestre e 24.842 pela via aérea (o destino mais escolhido é a Argentina seguido pelo Chile e Panamá) – os demais 75.518 estimados ao total estão entre residentes, solicitantes de refúgio e agendados para atendimento. Dentre o total apontado a proporção de 60% são homens e 40% mulheres, sendo que 85% apontam que são solteiros e 15% em outras formas de situação civil. A maioria tem entre 19 a 40 anos de idade.

O fato é o de que todos os migrantes acabam procurando e permanecendo nas cidades fronteiriças pela proximidade com sua antiga residência e por consequência de seus familiares que ainda permanecem na Venezuela. E por este fato acabam permanecendo no estado de Roraima. Aqueles que possuem família estão participando de um programa de interiorização ou o chamado Plano de Interiorização criado para atender a demanda emergencial e de certo modo “desafogar” as duas principais cidades que não possuem condições estruturais, financeiras, orçamentárias para arcar com toda a recepção e poder garantir direitos sociais para os que ali chegam (VAZ, 2017). O plano teve início em abril e tem como objetivo o desenvolvimento de uma estratégia adequada para a integração e interação destes nas cidades do País, além de ser uma forma de acolhimento abarca ainda a criação de políticas públicas locais para que os direitos aos migrantes sejam garantidos. (SIMÕES, 2017).

Contudo os municípios brasileiros não possuem arrecadação financeira suficiente para garantir os direitos para todos e por este modo deve-se concretizar o ideal do



